

DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil. 2ª ed – São Paulo: Contexto, 2006.*

Ellen Elsie Nascimento

Que dizer sobre um tema que, de tão “inexplicável” e “inexprimível”, foge a qualquer arranjo do repertório de palavras que conhecemos? Mary Del Priore ousa contar a história do amor, expondo quanto dessa dimensão de inefabilidade é também fruto do modo como os tempos nos ensinam a viver e traduzir nossa sensibilidade. Com um olhar por vezes essencialista (“o amor e suas práticas estão inscritos em nossa natureza mais profunda” [p. 13]), por vezes mais ponderado, a autora descreve, a partir de eventos históricos, os movimentos de embaraço e descoberta das práticas amorosas que vemos hoje presentes em nosso cotidiano. O fito do trabalho vai muito além do mero inventário amoroso, embora a autora jocosamente revele sua cuidadosa pesquisa de alcovitaria científica, buscando em cartas, diários e segredos de alcova o mundo oculto da intimidade que os próprios sujeitos tratavam de olvidar, tamanha era a cruzada empreendida contra as práticas devotas das paixões da carne.

Professora aposentada do Departamento de História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo, Del Priore não esconde os muitos riscos da empreitada a que se lança – afinal, e sobretudo nessa seara, são mesmo demais os perigos dessa vida, como cantava o poeta. Embora sem abrir mão do rigor da pesquisa, há economia em referências a algumas das fontes na rica gama do material colhido, enquanto as muitas ilustrações comunicam o sentimento que acompanhava o percurso subjetivo de cada tempo. 500 anos de história de um sentimento, desde os tempos do Brasil colônia e o “ideal do amor domesticado” à revolução sexual e à culminância do prazer obrigatório.

Nos primeiros tempos, os eflúvios da paixão cediam seu lugar de liberdade para longe da privacidade dos lares burgueses, onde o amor-paixão era podado ao ponto da extirpação dos vícios luxuriosos. Não obstante os portugueses trouxessem seu próprio repertório de vivência afetiva, sua colônia tropical desenvolveu códigos distintos daqueles que a história dos sentimentos em países como França e Inglaterra nos mostrou. Em plagas coloniais, desenvolveu-se uma estreita ligação entre sentimento e sociabilidade das camadas mais tradicionais. E o Amor, prazeroso e desinteressado, era somente encontrado nas senzalas. “Enquanto o Velho Mundo construía com minúcias o que chamamos de “vida privada”, nicho por excelência das relações amorosas, nas colônias essa mesma

privacidade balbuciava na precariedade do cotidiano (...) Não era sob esses tetos que os amores medravam com liberdade”. Mesmo no alvorecer do século romântico, falar em práticas amorosas era traduzido como sintoma de baixa moral, manifestação própria a pessoas de classe inferior, onde o componente lúbrico dos afetos grassava liberto dos interesses de cobiça ou ambição. Enquanto isso, o amor legitimado pelas instituições acreditava-se bem representado pela família burguesa, na imagem do pai provedor e da mulher submissa. As relações de poder escravistas reproduziam-se no casamento, e a submissão feminina figurava a expressão máxima do amor conjugal.

Ao despontar da Idade Moderna, a autora considera o peso das Reformas religiosas e a divulgação da leitura como algumas das mudanças fundamentais que tiveram ressonância na vida privada. A principal delas, a centralização do Estado, repercute intensamente sobre a dinâmica da vida social de então. É quando se processa o percurso ideológico que afasta a idealização amorosa da sua realização concreta, expondo a (casual?) convergência entre o individualismo romântico e o ideário moderno, em reforço aos valores de igualdade e liberdade. A modernidade anda sempre bem casada com o legado romântico da ambivalência de objetos e idéias, o que novamente reforça a confluência entre os movimentos de uma época e a “dupla moral” presente no olhar que se inaugura.

No momento em que a periodização alcança o século XX, Del Priore aponta as radicais mudanças que se operam na sociedade ocidental. A reviravolta provocada pela Revolução Sexual reconfigura valores que outrora nos ensinaram o que é o amor, produzindo profundas transformações na estrutura da instituição familiar. O amor passa a ser cantado em versos de samba, e a “tirania da paixão” reverenciada em seu aspecto carnal; veículos de informação adentram a esfera da intimidade ensinando a mulher sobre temas antes proibidos. O cinema, a pílula anticoncepcional, a imprensa, a mini-saia, e tantos outros ícones de uma nova moral que eleger a modernidade como vitoriosa, pouco adivinhava sobre o espólio que herdaria da batalha pelo valor do indivíduo. Uma nova perseguição é empreendida, igualmente imperativa, desta vez pela ausência de prazer.

O trabalho constitui rica contribuição acerca dos estudos sobre a sexualidade, desde Foucault, até o mais recente *Sociologia da Sexualidade*, de Michel Bozon (2004). A autora também segue os passos do estudo desenvolvido pelo amigo e professor de Ciências Sociais, Jean-Louis Flandrian – como ela refere na dedicatória –, o qual desenvolve a tese de que a Igreja Católica, em sua perseguição ao amor, mesmo quando no próprio seio sacramental, foi o agente responsável pela remoção do prazer e sua realização apaixonada para fora do casamento, afastando o risco de subversão em relação à instituição religiosa. Del

Priore prossegue apontando o viés ideológico que assemelhava o modelo de perfeição feminina ao culto hagiólatra de pureza, benevolência e castidade na mulher... uma santa! Daí constituir-se pecado o desfrute sexual que não visasse à procriação, dando decorrência aos delicadíssimos ritos nupciais, o que Del Priore aponta como a lógica que deu surgimento à lua de mel: o cuidado em afastar dos familiares o constrangimento da noite de núpcias. A autora segue expondo o quanto essa lógica adestradora de afetos e sexualidade contribuiu para o surgimento do Estado Moderno e do modelo de sociedade católica: “A domesticação do amor conjugal espelhava, assim, a nova ideologia dos tempos modernos” (p. 31). O casamento ganha significado correspondente à lógica do trabalho (*labor*), “uma tarefa a ser suportada” num intrincado sistema prestante à honra e à moral, exceto ao gozo; condição que não afastava os aspirantes do “bom casamento”. Tal visão converge com a principal tese da comunicóloga americana Laura Kipnis, que teve o livro *Contra o amor* recentemente (2005) lançado no Brasil pela Record. Para Kipnis, o “anseio por intimidade” conjugado ao “desejo de autonomia” resultam num misto contraditório que vem sustentando uma lógica centrada no trabalho, que não descansa nem mesmo no campo das relações amorosas; e uma castradora “paixão pedagógica” que normatiza os procedimentos para sustentação da vida em casal. É por meio dessa saturação da ética do trabalho que mesmo a vida subjetiva dos sujeitos é tomada pelo universo dos sentimentos ideologizados, e o consenso da necessidade de ‘trabalhar o relacionamento’ molda práticas funestas de arrimo inarredável.

O livro *História do Amor no Brasil* tem suas primeiras páginas ocupadas com o relato do impacto da história de Julie, contada no célebre romance *A Nova Heloísa*, de J. J. Rousseau, e a febre em torno da impossibilidade amorosa do sentimento romântico. É quando Del Priore cita Denis de Rougemont, na mesma trilha da concepção de tragédia inexorável acerca do ideal romântico, à la *Tristão e Isolda* e tantos outros amores de trova. Ao tempo em que se desfrutava da sensualidade mestiça nos recônditos da alcova, assistia-se à devoção obstinada dos amores impossíveis, o que nos legou uma herança que, mais adiante, a autora classifica de hipócrita. Os amores vividos no século XIX carregavam o signo da sensibilidade romântica, incrementado de pudores obsessivos e paixões nefelibatas, e no entanto, era amante dos vícios da carne; “reprimiu o sexo, mas foi obcecado por ele” (p.220). Um amor de espírito, modelo que Saint-Preux denuncia em sua viagem a Paris, na mesma *Nova Heloísa*, impressionado sobre como os franceses apreciavam o coquetismo das Damas da Corte e ao mesmo tempo veneravam a discrição e delicadeza da mulher pudica, numa idealização dissimulada.

Del Priore segue em adesão às lentes de análise de Anthony Giddens, em *As transformações da intimidade*, expondo o quanto dessa nova moral sexual

vivida pela modernidade provoca a emergência de uma nova subjetividade que afeta a base psíquica dos sujeitos. Daí a indagação sobre qual revolução sexual, ao final do livro, uma vez que o discurso emancipatório veio em companhia de uma pressão normativa que diferenciava moralmente as mulheres – principalmente – pelas suas práticas sexuais, desvelando o “lado oculto” de uma revolução que também invertia valores para reproduzi-los em seguida, um conservadorismo às avessas. É por essa operação que chegamos ao que a autora classifica como “ditadura do orgasmo”. Do sexo como proibição ao sexo de receita médica. O constrangimento à liberdade impera na transição a uma “sexualidade obrigatória”, mesmo que devassadora da intimidade.

Não foram poucos os arranjos inventados para se viver o amor ao longo dos séculos. Modernamente, inauguramos a combinação entre amor e liberdade, mas não sem conseqüências. O peso da solidão convivendo com a reminiscência de um passado feito não somente de trevas revela o quanto é ponderável a crítica feita ao caráter opressivo da tradição. É ela também, diz a autora, que nos ensina os códigos de identificação pelos objetos da emoção, que nos afirma enquanto *homo sensibilis*; e o amor, antes maltrapilho e maltratado, é hoje supervalorizado pela sociedade de consumo. Mas sobra sempre a pergunta, tamanho é o paradoxo do amor reificado: qual amor?